

## FUNDAMENTALISMO LINGUÍSTICO NA PROPOSTA DA LINGUAGEM INCLUSIVA

Hudson Marques da Silva  
marqueshudson@hotmail.com  
<http://lattes.cnpq.br/1011349690448895>

### RESUMO

Este ensaio propõe uma reflexão sobre as premissas que fundamentam a proposta da linguagem inclusiva (neutra): o uso do masculino-generalizador e ausência de pronomes não-binários na língua promoveriam o sexismo (*masculinismo*). A abordagem teórica mobiliza brevemente conceitos da Filosofia da Linguagem (PLATÃO, 1988; WITTGENSTEIN, 2000), da Linguística (SAUSSURE, 2006; CÂMARA JR., 2002; 2004) e dos Estudos Discursivos (PÊCHEUX, 1995; 1997), entre outros. Sugere-se que o signo linguístico não mantém relação natural ou racional com seu referente, bem como a propriedade de sentido do processo enunciativo/discursivo não emana das palavras em si, mas do contexto e das intenções discursivas dadas pelos interlocutores. Portanto, não parecem plausíveis ou linguisticamente justificáveis as premissas do movimento da linguagem inclusiva, que revela uma visão *fundamentalista* da língua.

**Palavras-chave:** Fundamentalismo linguístico; Linguagem inclusiva; Sexismo; Masculinismo.

### INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX e início do século XXI foram marcados, dentre vários aspectos, pelo crescimento do combate aos mais variados tipos de preconceito e estruturas socioculturais hegemônicas em favor de certos grupos, tais como racismo, sexismo, homofobia, xenofobia, etc. Nesse cenário, concomitantemente, emerge o *politicamente correto*, como uma espécie de esforço para desativar essas discriminações arraigadas na sociedade, algo completamente pertinente e positivo, mas que, algumas vezes, gera certos mal-entendidos, a exemplo do *etimologismo* (hábito de identificar preconceitos em palavras ou expressões com base em uma suposta origem etimológica que é, na verdade, falsa). Esse tipo de ativismo tem catalisado uma constante tentativa de controle ou patrulhamento da linguagem, especialmente nas mídias em geral, no espaço escolar e no âmbito político.

É nesse terreno que nasce a proposta da linguagem inclusiva (ou neutra, como alguns preferem). Esse movimento acusa a língua de ser sexista ao empregar palavras masculinas como generalizadoras para todas as identidades de gênero, portanto,

representaria e reproduziria a estrutura da cultura patriarcal que estaria consubstanciada na língua: “A escolha do masculino como genérico e a maneira como são construídas frases ocultando o gênero feminino, reforça e perpetua estereótipos do que um dia foram considerados ‘papéis adequados’ para mulheres e homens na sociedade” (FISCHER, 2020, p. 05).

Desde os anos 1960, já há registros de uma preocupação com o uso da língua como sendo supostamente sexista, quando foi sugerido o pronome sueco *hen*, alternativa neutra para os pronomes binários *hon* (ela) e *han* (ele), com o propósito de referenciar pessoas cuja identidade de gênero não corresponde ao padrão masculino-feminino. Mais de 40 anos depois, em 2015, esse pronome seria oficializado nos dicionários e enciclopédias oficiais da Suécia.<sup>1</sup>

A linguagem inclusiva tem gerado hoje um amplo debate em vários países, com projetos de lei para sua implantação em determinados ambientes comunicacionais, ou já sendo adotada por algumas instituições públicas e privadas, em eventos corporativos, tanto na modalidade escrita, através de e-mails, comunicados, postagens em redes sociais, etc., quanto na modalidade oral, em reuniões, vídeos institucionais, diálogos profissionais no ambiente do trabalho, e assim por diante (GOVERNO, 2014; IFAL, 2021).

Um grande engodo que inviabiliza um debate ou uma reflexão consistente sobre a utilização da proposta da linguagem inclusiva encontra-se na bipolarização política contemporânea a partir da qual: 1) as pessoas que defendem essa proposta são associadas à esquerda ou aos grupos progressistas (vistos por seus adversários como militantes radicais) enquanto 2) quem se opõe à adoção dessa linguagem estaria alinhado à direita ou à bancada dos conservadores (vistos por seus oponentes como reacionários).

Esse processo de rotulação político-partidário parece ter intimidado muitos cientistas da linguagem, especialmente os que desaprovam a proposta da linguagem inclusiva, a se manifestarem sobre o tema com receio de serem tachados de machistas, homofóbicos, reacionários ou mesmo de conservadores de direita. O debate tende então a permanecer ancorado nessa esfera político-partidária bipolarizada, em que cada

---

<sup>1</sup> Notícia disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/mar/24/sweden-adds-gender-neutral-pronoun-to-dictionary>>

posicionamento perante a proposta da linguagem inclusiva representaria uma bandeira da escolha político-ideológica daquele sujeito, um fenômeno que não somente fragiliza a análise do objeto em tela como também impossibilita uma análise de maior profundidade e consistência teórica.

Considerando o campo científico-acadêmico como espaço de múltiplas perspectivas teóricas e abertura investigativa – desde que apresentem fundamentos plausíveis –, é enfrentando tal temor que este ensaio propõe uma reflexão a respeito das hipóteses que promovem a linguagem inclusiva, no sentido de desmistificar o suposto masculinismo linguístico que tornaria a língua *per se* – mais precisamente o emprego do masculino-generalizador – em uma ferramenta sexista ou propagadora do patriarcalismo cultural, sendo essa visão, na ótica desdobrada aqui, uma espécie de *fundamentalismo*<sup>2</sup> linguístico em que as palavras são compreendidas *ipsis litteris*, como se mantivessem uma relação natural-fixa com seus referentes (naturalismo linguístico). Para esta reflexão, serão brevemente mobilizados alguns conceitos do terreno das Ciências da Linguagem, mais especificamente da Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos (PLATÃO, 1988; SAUSSURE, 2006; WITTGENSTEIN, 2000, PÊCHEUX, 1995; 1997, entre outros).

## **SIGNO E SIGNIFICADO: UMA RELAÇÃO ARBITRÁRIA**

O cerne da proposta da linguagem inclusiva encontra-se no uso do masculino-generalizador: “fizeram-nos crer que ao nomear um grupo misto de pessoas no masculino estamos nomeando também as mulheres desse grupo. Isso é absolutamente falso” (GOVERNO, 2014). Existe, com essa preocupação, uma premissa implícita segundo a qual gênero gramatical e a identidade de gênero de seu referente seriam correspondentes, ou seja, uma palavra de gênero gramatical masculino seria equivalente ou representaria o sexo masculino ou a identidade de gênero masculino. Em síntese, substantivos masculinos como *cidadão*, *sujeito*, *eleitor*, etc., ou pronomes masculinos como *ele(s)*, *esse(s)*, *aquele(s)*, etc. reportariam (apenas) a homens cisgêneros e,

---

<sup>2</sup> O termo fundamentalismo é tomado emprestado aqui do movimento religioso que acredita na interpretação literal dos textos sagrados para estabelecimento de suas doutrinas, desconsiderando possíveis fábulas, alegorias, figuras de linguagem e de retórica, entre outros, na composição desses textos.

portanto, o uso do masculino-generalizador-neutro reforçaria o *masculinismo* no imaginário popular ou mesmo no inconsciente (psicanalítico) dos falantes, consolidando a perpetuação de uma sociedade patriarcal: “Muitos dos nossos valores, em especial a comunicação, foram estabelecidos tendo como referência um sistema patriarcal, inegavelmente construído a partir dos interesses dos homens” (FISCHER, 2020, p. 06).

Existem indícios linguístico-estruturais que podem confrontar essa visão. Por exemplo, em língua portuguesa, há apenas a flexão de gênero feminino, indicado pela desinência ‘a’, como em *eleitora*. Já o masculino não existe nessa língua, pois, no processo de transição entre latim-galego-português, o antigo gênero neutro latino teria incorporado o masculino e, por isso, o masculino passou a ser utilizado como generalizador. Não existe então, em português, desinência de gênero masculino, sendo a letra ‘o’ de *aluno* ou *político* uma vogal temática (que liga o radical a desinências). Cabe acrescentar ainda que, em português, existem os substantivos uniformes, especialmente os sobrecomuns, em que uma palavra feminina como *criança* ou uma palavra masculina como *cônjuge* unificam ambos os sexos. Ou ainda substantivos comuns de dois, em que palavras como *motorista*, com terminação em ‘a’, ou *docente*, terminada em ‘e’, podem se referir ao sexo ou identidade de gênero masculino, não sendo, portanto, a letra ‘o’ indicativa de masculino (CÂMARA JR., 2002; 2004). Todavia, não é por este caminho – o linguístico-estrutural – que se pretende discorrer nesta reflexão, e sim pelo universo do significado, isto é, pelos sentidos gerados na/pela língua.

Uma das primeiras reflexões a esse respeito pode ser verificada no *Crátilo*, de Platão. Trata-se de um diálogo entre os personagens Sócrates, Hermógenes e Crátilo, a respeito da relação entre nomes e seus referentes. Hermógenes expõe para Sócrates a visão *convencionalista* a partir da qual as palavras seriam totalmente arbitrárias, podendo ser substituídas livremente, pois representariam meras escolhas sociais. Crátilo, por sua vez, aborda a perspectiva *nominalista* segundo a qual as palavras manteriam uma relação natural com seus referentes. Diante desse confronto, Sócrates desenvolve analogias com

o propósito de encontrar lapsos nessas proposições e tentar retificá-los, como é próprio da *maieutica*<sup>3</sup> socrática (platônica).

Esse diálogo fornece algumas pistas iniciais que podem contribuir para uma análise dos pressupostos da linguagem inclusiva, que, ao que parece, se aproximam sobremodo do nominalismo de Crátilo: "cada coisa tem por natureza um nome apropriado [...] têm sentido certo, sempre o mesmo" (PLATÃO, 1988, p. 102). Essa relação pode ser claramente verificada no seguinte excerto: "As palavras não podem significar algo diferente do que nomeiam" (GOVERNO, 2014, p. 29). Nessa ótica, é possível estabelecer que as palavras masculinas representariam sempre o masculino, mesmo quando se referem a outros gêneros identitários. Ou, ainda, a palavra masculina teria uma relação natural com o masculino, reproduzindo sempre um sentido *masculinista*. No *Crátilo*, o personagem Sócrates então lança algumas comparações entre o ato de empregar nomes e a utilização de alguns instrumentos de ofício, tal qual a naveta, usada na arte de tecer, e conclui que os nomes funcionam também como instrumentos, sendo, pois, instrumentos de representação e classificação de algo maior, que seria a essência: "O nome, por conseguinte, é instrumento para informar a respeito das coisas e para separá-las" (PLATÃO, 1988, p. 109). No desenvolvimento do raciocínio, Sócrates direciona a compreensão da linguagem ou dos signos linguísticos para algo mais profundo, que está por detrás deles, claro que aqui Platão alude à sua teoria do mundo das ideias, mas que pode ser perfeitamente associada à esfera dos significados, àquilo que as palavras representam. Nos termos do filósofo, "não é por meio de seus nomes que devemos procurar conhecer ou estudar as coisas, mas, de preferência, por meio delas próprias" (PLATÃO, 1988, p. 189). O texto platônico decide algo um tanto óbvio e nitidamente verificável: as palavras não são as coisas que elas representam, conforme retratado na famosa tela de René Magritte, *La trahison des images* (A traição das imagens):

---

<sup>3</sup> Técnica de perguntas que induzem o interlocutor a perceber equívocos em suas próprias proposições.



Figura 1 - Pintura A Traição das Imagens (René Magritte) <sup>4</sup>

Ainda que elaborada dois milênios depois do diálogo platônico, a pintura surrealista – com legenda “Isso não é um cachimbo” – recupera a ideia filosófica antiga ao sugerir que uma imagem ou, neste caso, uma pintura não é o objeto representado, mas uma reprodução. Por mais realista que a pintura possa aparentar, mesmo uma fotografia, trata-se de uma representação. No entanto, nas imagens, a representação, na maioria das vezes, imita seu referente, mas, na língua, não existe essa relação (com exceção das *onomatopeias*). Não existe, portanto, uma relação natural da palavra com seu referente. Essa definição consta, inclusive, na obra fundadora da Linguística moderna (o Curso de Linguística Geral): "O signo linguístico é arbitrário [...] a ideia de 'mar' não está ligada por relação alguma à sequência de sons m-a-r que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outra sequência [...] como prova, temos as diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes" (SAUSSURE, 2006, p. 81-82). O texto continua ilustrando que alguns fenômenos podem ser discutidos, como as escolhas em sistemas de símbolos, já que eles mantêm uma relação racional com o significado, mas com os signos linguísticos é diferente: "desaparece todo o terreno sólido de discussão; não existe motivo algum para preferir *soeur* a *sister*, ou a irmã, *ochs* a *boeuf* ou boi" (SAUSSURE, 2006, p. 87). No que diz respeito às *onomatopeias*, que tentam imitar os sons de seus referentes, é importante destacar que, se por um lado "são pouco numerosas" (SAUSSURE, 2006, p. 83), não representando o funcionamento da

4

Disponível

em:

[https://1.bp.blogspot.com/-tTUZVNNbnqU/WiVv2rFz6cl/AAAAAAAAACTs/2BTML3FFn1IbXOIaaZ0d6VGVQps5ljQ0gCLcBGAs/s1600/30818007244\\_194c1b4956\\_b.jpg](https://1.bp.blogspot.com/-tTUZVNNbnqU/WiVv2rFz6cl/AAAAAAAAACTs/2BTML3FFn1IbXOIaaZ0d6VGVQps5ljQ0gCLcBGAs/s1600/30818007244_194c1b4956_b.jpg)

língua em geral, por outro lado, trata-se de "imitação aproximativa, e já meio convencional de certos ruídos" (SAUSSURE, 2006, p. 83). Isso significa, portanto que, se o signo linguístico é arbitrário, sem relação racional com seu referente, então uma palavra não poderia ter sexo ou identidade de gênero, visto que ela é apenas um signo, um ícone, ou uma representação, como é, também, a pintura de Magritte.

Nesse âmbito, cumpre frisar que gênero gramatical (masculino-feminino na palavra) não corresponde ao sexo ou à identidade de gênero dos falantes. Só para ilustrar, em língua portuguesa, o verbete *humanidade* é classificada gramaticalmente como feminina, mas não se reduz à identidade de gênero feminino, bem como a palavra *livro* é masculina, mas faz referência a um objeto sem sexo ou sem identidade de gênero. Os exemplos são inúmeros. O que se pretende concluir por ora é que, além das confusões geradas com os supostos termos linguísticos masculinistas, as palavras em si não poderiam ser machistas, porque a seara das essências, dos significados, dos vários sentidos, incluindo o pensamento patriarcal e discriminatório, não se encontra no signo linguístico, no ícone, mas no que ele significa, nas elaborações-intenções discursivas, nas construções de sentido realizadas pelos sujeitos do discurso, o que de fato merece maior atenção.

## **DO SIGNO AO DISCURSO: A GÊNESE DO SENTIDO**

Como visto na seção anterior, Platão traz contribuições importantes quando analisa que as palavras não são as coisas que representam, ou seja, a essência não se encontra na palavra, mas em seu referente, no que ela representa. Entretanto, a reflexão platônica ainda se mantém na perspectiva de que o funcionamento da língua consistiria na designação de objetos, ou de que cada referente teria um nome fixo. Wittgenstein (2000) propõe uma interessante análise a esse respeito. O filósofo da linguagem verificou que a língua não consiste em um sistema sígnico imóvel, com significados pré-estabelecidos fixos, mas funciona como um jogo (de linguagem) em que os interlocutores engendram novos significados a todo o momento a partir de seus enunciados. Para que haja entendimento mútuo, é preciso que se conheçam "as regras do jogo". Destarte, são infinitas as possibilidades de significado que cada enunciado, ou mesmo cada palavra específica, pode comportar. A polissemia é, nesse âmbito, um traço inerente da

linguagem e, assim, o campo do sentido é submetido ao contexto discursivo e ao conhecimento prévio dos falantes.

Semelhante ao jogo de xadrez, que se joga observando os passes possíveis de cada peça (não por associação das peças a referentes), as palavras são aplicadas conforme suas infinitas possibilidades. O significado, portanto, ao ser plástico e promovido a partir de cada enunciado dentro de um dado contexto, não provém da palavra em si, mas de como esses *jogos de linguagem* são interpretados conforme seus objetivos. Esses jogos não se referem apenas à polissemia das palavras, mas também aos diversos significados que uma sentença pode gerar. Só para ilustrar, uma palavra como *parada*, em primeira instância, poderia remeter a: local onde se embarca em algum veículo (táxi, ônibus, trem, etc.) ou particípio do verbo parar (*A esteira está parada*). Mas, no jogo da linguagem, essa palavra poderia adquirir um outro significado em uma sentença como *Lembra daquela parada?*, em que ela pode assumir um sentido mais ambíguo, referindo-se a alguma atividade combinada entre os interlocutores: A: *Lembra daquela parada?* B: *Sim, está confirmada nossa viagem*. Não se trata dos (finitos) significados listados para uma palavra no dicionário ou para as gírias, ou ainda de variedades linguísticas. Jogos de linguagem consistem na natureza do funcionamento linguístico: esses novos sentidos são dados a todo o momento com as mais variadas palavras, expressões e proposições.

Em contramão a esse fenômeno linguístico verificável, é possível identificar na proposta da linguagem inclusiva certo fundamentalismo linguístico. Em contextos comunicacionais, a necessidade de utilizar "todos e todas" em substituição ao genérico "todos", pressupondo que o termo masculino excluiria mulheres, bem como a inserção de uma nova letra como em "todxs" ou "todes", para uma suposta inclusão de pessoas com identidade de gênero não-binária, parte de uma compreensão de língua literal, fixa, em que as palavras estariam coladas, como rótulos, em seus referentes, ou como se elas próprias portassem a essência de seu referente.

Além disso, a exigência de adoção da linguagem inclusiva fundamenta-se numa perspectiva de *determinismo linguístico*. Essa corrente trata de uma visão – hipótese Sapir-Whorf – segundo a qual a língua moldaria o pensamento. Nos termos de seu teórico fundador (Edward Sapir), "Temos fortemente a opinião de que a impressão que muitos

têm de que podem pensar, ou mesmo raciocinar, sem a língua(gem) é uma ilusão" (SAPIR, 2004, p. 11, tradução livre).<sup>5</sup> Isso implica dizer que o pensamento humano seria guiado pela linguagem, podendo ser limitado ou ampliado conforme a dimensão linguística de cada falante ou comunidade linguística. Benjamin Lee Whorf, que foi discípulo de Sapir, tentou demonstrar essa hipótese avaliando a língua Hopi (comunidade indígena norte-americana) como carente de marcadores temporais, o que faria com que seus falantes tivessem uma noção distinta (limitada) do tempo (CARROL; LEVINSON; LEE, 2012). Décadas depois, Peter Gordon sugeriu o limite de termos quantificadores (um, dois e muitos) na língua Pirahã (comunidade indígena da Amazônia) como causa de tornar seus falantes incapazes de diferenciar quantidades mais complexas (GORDON, 2004). Ambos os estudos foram (e ainda têm sido) bastante questionados, uma vez que nem a língua dos Hopi é carente de indicação temporal nem a comunidade Pirahã é incapaz de identificar quantidades (MALOTKI, 2011; RODRIGUES, 2017; PINKER, 2002).

A concepção do determinismo linguístico é atrativa e, por isso, explorada em obras ficcionais, a exemplo do romance 1984, de George Orwell, em que o governo policial e controlador da Oceania (que é um Estado absolutista) impõe aos habitantes uma *newspeak* (novilíngua), cujo vocabulário é limitado, excludente de termos complexos e críticos, com o propósito de limitar o pensamento dos habitantes e, assim, manter o controle daquela comunidade (ORWELL, 2009). Essa ideia é também desenvolvida na produção cinematográfica estadunidense *Arrival* (A chegada), de 2016, dirigida por Denis Villeneuve, em que uma cientista da linguagem, retratada pela personagem Lousie Banks, é convocada para estudar a língua de -e portanto comunicar-se com- criaturas extraterrestres que, repentinamente, aterrissam em naves espaciais. Ao compreender a língua alienígena, a estudiosa modifica sua percepção: passa a ver o futuro, transpondo, portanto, a barreira temporal. Ou seja, a nova língua formata a mente da linguista, como uma espécie de *upgrade* de um *software*, revelando um determinismo linguístico em que a língua seria capaz de limitar ou ampliar a compreensão humana.

---

<sup>5</sup> Original: "The writer, for one, is strongly of the opinion that the feeling entertained by so many that they can think, or even reason, without language is an illusion".

A proposta da linguagem inclusiva parte de um pressuposto semelhante: a língua molda o pensamento. Seus pressupostos consideram que, se termos masculinos sobrepõem-se aos femininos e ocupam o lugar dos neutros, então o pensamento dos falantes seria moldado pelo universo *masculinista*. Nessa ótica, o próprio pensamento da comunidade linguística seria dominado por essa sobreposição do masculino. Contudo, fora do universo ficcional, caberia levar em conta, no campo dos sentidos, a possibilidade de os falantes conseguirem compreender perfeitamente o caráter neutro de termos masculinos-generalizadores sem associações *masculinistas*. Em enunciados como *Bom dia a todos!* ou *Bem-vindos!*, é pouco plausível sugerir que os receptores assimilem o sentido como masculino ou restrito aos homens. *Todos*, nesta aplicação, é devidamente compreendido como signo de todas as identidades de gênero referenciadas na enunciação. Parece também um tanto forçado (e não verificável) acreditar que empregos dessa natureza ocupariam o inconsciente humano e provocariam um efeito patriarcal no pensamento, semelhante a uma teoria conspiratória, tal qual o *Big Brother* de Orwell (2009). Só para ilustrar, em uma sequência discursiva como "Quando a testemunha chegou ao quarto, *ela* percebeu algo diferente.", em que o pronome *ela* funciona como anáfora para *testemunha*, ambos os termos podem muito bem se referir a um homem. Isto é, o pronome *ela*, definido *a priori* como feminino, pode representar o masculino. Sendo assim, por qual razão o inverso (um termo *a priori* masculino representando uma mulher ou um não-binário) não deveria acontecer ou seria sexista? Cumpre ressaltar que esse não é um exemplo isolado apenas para contrapor a proposta da linguagem inclusiva, mas se trata de um fenômeno que ocorre frequentemente nas práticas languageiras cotidianas. Substantivos sobrecomuns femininos como *testemunha*, *criança*, *pessoa*, etc., ou masculinos como *cônjuge*, *ente*, *monstro*, etc., têm sempre como referentes pessoas de qualquer orientação sexual ou identidade de gênero, as quais podem ser representadas pelos pronomes *ela* ou *ele*, respectivamente, sem um vínculo identitário-sexual na palavra em si. Ora, se substantivos sobrecomuns são palavras uniformes que representam pessoas de qualquer orientação sexual ou identidade de gênero, justamente porque tais propriedades não se encontram na palavra em si, mas em seu referente, por que termos biformes não poderiam assumir uma de suas formas, neste caso a masculina,

como generalizadora? Ademais, por qual motivo a mera substituição de letras, como em *ele/ela* por *elu* ou *dele/dela* por *dile* poderia cessar um suposto sexismo ou binarismo nesses pronomes, se a sexualidade e identidade de gênero emana do significado do discurso e não do signo linguístico isolado?

No caso específico dos pronomes, a preocupação com a criação artificial de termos que representem uma identidade de gênero não-binária não parece ter muito fundamento, pois pronomes são palavras em si vazias de significado, elas funcionam como anáforas e catáforas que necessitam sempre de referentes na enunciação para serem preenchidas. Nos termos de Pêcheux (1997, p. 113), "os pronomes e outros termos que 'ficam no lugar de' remetem [...] a um enunciado anterior". Palavras dessa natureza são, portanto, "signos vazios", não-referenciais em relação à realidade". (PÊCHEUX, 1997, p. 114). Para que esses signos tornem-se "cheios", ou seja, representem algo, é necessário que um locutor os assumam "em cada instância de seu discurso" (PÊCHEUX, 1997, p. 114). Nessa perspectiva, pronomes são termos sem referentes materiais definidos e, por isso, "não podem ser mal-empregados, por não afirmarem nada" (PÊCHEUX, 1997, p. 114).

De certo modo, essa concepção não é aplicável apenas aos pronomes, mas também ao processo enunciativo em geral, cujo significado é interdependente da formação discursiva. Isso implica dizer que o discurso não emerge de um lugar-vazio, gerando seu sentido isoladamente por intermédio dos signos linguísticos e seus respectivos significados convencionais previstos em dicionários e enciclopédias, mas produz seu sentido a partir de formações ideológicas e interdiscursos que são inerentes à própria formação discursiva. Em face dessa dinâmica, Pêcheux (1995, p. 161) declara que "uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria 'próprio', vinculado à sua literalidade", na medida em que mudam de sentido de uma formação discursiva para outra (efeito polissêmico). O inverso também é verdadeiro: diferentes palavras, expressões e proposições podem ter o mesmo sentido em uma dada formação discursiva (efeito sinonímico). Em sua famosa AAD-69, Pêcheux aborda o efeito metafórico (que é uma substituição contextual), expondo algumas possibilidades de substituição de palavras sem modificação do sentido. Ele trata da sinonímia não-

contextual, em que a palavra pode sempre ser substituída independentemente do contexto, como nos verbos *refrear/reprimir*, e da sinonímia contextual ou local, em que a substituição da palavra depende do contexto, como em *Este matemático é brilhante/notável* (termos substituíveis) e *A luz brilhante do farol o cegou* (termos não substituíveis). O teórico observa que esse tipo de fenômeno é próprio dos "sistemas linguísticos naturais" (PÊCHEUX, 1997, p. 96), mas não é característico das línguas artificiais, cujo sentido se fixa "em relação a uma metalíngua 'natural'" (PÊCHEUX, 1997, p. 96). Esse processo de substituição é constante e próprio da língua, o que revela a obviedade de que o sentido não está fixado no signo.

O advento da Análise de Discurso (AD), nos anos 1960, tendo em Pêcheux um de seus principais precursores, trouxe um olhar relevante para a Linguística, justamente por transgredir a análise puramente estruturalista ou mesmo a semântica tradicional ao aprofundar a compreensão da produção/recepção ancorada no nível textual para o nível discursivo. Nesse sentido, a AD configura um horizonte para além da decodificação linguística. É bem certo que análises dessa natureza podem constatar formações discursivas *masculinistas* em diversos espaços comunicacionais (muitos trabalhos assim têm sido realizados), pois a cultura patriarcal na sociedade é uma realidade. Contudo, essa poderia ser uma abordagem mais apropriada para combatê-la no âmbito da práxis linguística, ao invés de uma intervenção que, além de artificial e fundamentalista, revela uma tendência ao patrulhamento e à coação sob o risco de ser acusado de sexista.

## CONCLUSÕES

É importante dizer que a análise proposta aqui não tem cunho reacionário no sentido de tentar preservar a língua recusando mudanças linguísticas, pois a língua é viva, muda a todo o momento, apresenta sempre variedades linguísticas, etc. A própria língua portuguesa é fruto dessas mudanças no latim. Contudo, essas variações são processos naturais, subjetivos e incontroláveis. A proposta da linguagem inclusiva, por outro lado, consiste em um projeto de língua artificial, partidário, que emerge como uma implantação (quase impositiva).

Ao verificar a história, é possível constatar que propostas linguísticas artificiais não obtiveram êxito, a exemplo do esperanto, que foi criado artificialmente no fim do século XVIII para se tornar língua de comunicação internacional. Não funcionou, pois se manteve restrito a grupos seletos que se esforçaram para adquirir essa língua, mas ela não se alastrou como *lingua franca*, o que viria a acontecer com o inglês quase dois séculos depois.

Com efeito, pode-se dizer que a língua não funciona assim: repentinamente, alguém dita como se deve falar e, *como num passe de mágica*, todo mundo começa a falar de determinado modo. No Crátilo platônico, menciona-se um "legislador" hipotético que determinaria quais palavras deverão ser utilizadas para dar nome às coisas. Os criadores da linguagem inclusiva parecem tentar ser esse legislador que prescreve como as pessoas devem falar (do contrário, serão sexistas). Existe, portanto, um teor autoritário no movimento da linguagem inclusiva, similar ao 1984 de Orwell.

Com isso, não se está defendendo aqui a perpetuação da discriminação de cunho sexista (nem de qualquer outra). Os movimentos que têm viabilizado conquistas sociais para segmentos discriminados ou subalternizados são de total relevância para um mundo mais igualitário. A reflexão desenvolvida aqui sobre a linguagem inclusiva busca aprofundar esse debate em específico, promovendo uma análise fora da polarização político-partidária, com enfoque no funcionamento da língua e com um olhar para as liberdades. Portanto, é importante ressaltar que não se defende aqui que as pessoas que acreditam na linguagem inclusiva devam ser punidas ou impedidas de usá-la, pois faz parte dos direitos do cidadão a liberdade de expressão.

## REFERÊNCIAS

**ARRIVAL**. Direção de Denis Villeneuve. Los Angeles: Paramount Pictures, 2016. 1 DVD (116min.).

CÂMARA JR., J. M. **Problemas de Linguística Descritiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CARROL, J. B.; LEVINSON, S. C.; LEE, P. (eds.). **Language, thought, and reality**: selected writings of Benjamin Lee Whorf. 2. ed. Massachusetts: the MIT Press, 2012.

FISCHER, A. **Manual prático de linguagem inclusiva**: uma rápida reflexão, 12 técnicas básicas e outras estratégias semânticas. SP: Tecidas, 2020. Disponível em: <[https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://irp-cdn.multiscreensite.com/87bdaac3/files/uploaded/mpli1\\_2.pdf&ved=2ahUKEwiiu-WuxunvAhWZILkGHdryCE0QFjAOegQIKBAC&usq=AOvVaw0550x-k5beKGizEoZ09QbA](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://irp-cdn.multiscreensite.com/87bdaac3/files/uploaded/mpli1_2.pdf&ved=2ahUKEwiiu-WuxunvAhWZILkGHdryCE0QFjAOegQIKBAC&usq=AOvVaw0550x-k5beKGizEoZ09QbA)> Acesso em abril de 2021.

GORDON, Peter. Numerical cognition without words: evidence from Amazonia. **Science**. New York, v. 306, n. 5695, p. 496-499, October 2004.

GOVERNO do estado do Rio Grande do Sul. **Manual para o uso não sexista da linguagem**: o que bem se diz bem se entende. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2014. Disponível em: <[https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod\\_resource/content/1/Manual%2520para%2520uso%2520n%25C3%25A3o%2520sexista%2520da%2520linguagem.pdf&ved=2ahUKEwjijciJ1envAhXiILkGHQXsCGQ4ChAWMAV6BAgZEAI&usq=AOvVaw1XGzPH3kbeN9xRkxJdh8O7](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%2520para%2520uso%2520n%25C3%25A3o%2520sexista%2520da%2520linguagem.pdf&ved=2ahUKEwjijciJ1envAhXiILkGHQXsCGQ4ChAWMAV6BAgZEAI&usq=AOvVaw1XGzPH3kbeN9xRkxJdh8O7)> Acesso em abril de 2021.

IFAL. **Manual de linguagem inclusiva para editais de concurso público (seleção pública) do IFAL**. Disponível em: <[https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www2.ifal.edu.br/noticias/comite-pro-equidade-do-ifal-disponibiliza-versao-eletronica-de-manual-de-linguagem-inclusiva/manual-linguagem-inclusiva-1.pdf&ved=2ahUKEwiiu-WuxunvAhWZILkGHdryCE0QFjAVegQIOhAC&usq=AOvVaw3mDmllkRtWIAD2o5zedP\\_V](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www2.ifal.edu.br/noticias/comite-pro-equidade-do-ifal-disponibiliza-versao-eletronica-de-manual-de-linguagem-inclusiva/manual-linguagem-inclusiva-1.pdf&ved=2ahUKEwiiu-WuxunvAhWZILkGHdryCE0QFjAVegQIOhAC&usq=AOvVaw3mDmllkRtWIAD2o5zedP_V)> Acesso em abril de 2021.

MALOTKI, E. **Hopi time**: a linguistic analysis of the temporal concepts in the Hopi language. Berlin: De Gruyter Mouton, 2011.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi *et al.*, 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F; Hak, T (Orgs). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pecheux. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

PINKER, Steven. **O instinto da linguagem**: como a mente cria a linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PLATÃO. **Teeteto-Crátilo**. Tradução: Carlos Alberto Nunes. Belém: UFPA, 1988.

RODRIGUES, C. Absence of evidence is not evidence of absence. **Diadorim**. Rio de Janeiro, v. 19, 2017, p. 305-324.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27. ed. SP: Cultrix, 2006.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. Tradução: José Carlos Bruni. SP: Nova Cultural, 2000.

**SOBRE O AUTOR:**

Doutor em Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual da Paraíba. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.